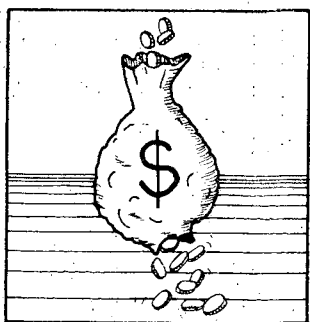


DEFICIT PÚBLICO



Senna acredita em ação conjunta

O diretor da Dívida Pública do Banco Central, José Júlio Senna, que também estava ontem no Fórum Internacional sobre a Economia Brasileira, em resposta às declarações do Ministro João Sayad, disse que as taxas de juros só cairão por meio de “uma ação orquestrada do Governo”, não sendo possível solicitar apenas a um órgão governamental, o Banco Central, essa redução.

Segundo Senna, sem o corte no déficit público, as taxas de juros no mercado aberto só podem cair através de maior emissão monetária, o que poderia levar à inflação para o patamar de 400% ao ano. Os títulos públicos, explicou, não estão sendo vendidos com rendimento de correção monetária e juros de 18% a 19,5% ao ano por uma decisão arbitrária do BC. Se o Banco Central oferecesse papéis com taxas irreais, não haveria “financiadores privados para o déficit público, assim como ocorreu em 1979, pois as corretoras e distribuidoras não comprariam os papéis”.

O diretor do BC lembrou que em 1979, quando o Governo resolveu reduzir a remuneração dos papéis públicos — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e Letras do Tesouro Nacional — o próprio BC teve que comprar os papéis. O déficit público aumentou e, posteriormente, foi necessária uma venda maciça de papéis ao mercado financeiro, a taxas de juros elevadíssimas.

Um meio de vender menos papéis às instituições financeiras, comentou José Júlio Senna, para pressionar menos os juros, seria “usar pouca a dívida em títulos e usar mais a expansão monetária a fim de financiar o déficit de caixa, mas essa medida teria consequências desastrosas em termos da inflação”.

O diretor do Banco Central defendeu a redução de juros através de um Imposto de Renda menor sobre o rendimento oferecido pelos papéis privados (a alíquota de IR na fonte sobre os juros dos papéis privados hoje é de 40%), ou mesmo a eliminação desse imposto.